

Água é um Direito Humano !
~~Não uma mercadoria.~~



Coletivo de Luta pela Água

São Paulo, 20 de março de 2015
Ofício CLA 01/2015

Ref.: Propostas do Coletivo de Luta pela Água

Exmo. Sr. Secretário
Benedito Braga

Para nós, do Coletivo de Luta pela Água, a água é um direito humano, não uma mercadoria. No manifesto de criação do Coletivo, de janeiro deste ano, afirmávamos, entre outras coisas que:

São Paulo vive uma crise de abastecimento de água sem precedentes. É um momento difícil para todos. Há anos o Governo do Estado vem sendo alertado do risco de um colapso devido a infraestrutura insuficiente para atender a população das Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e de Campinas.

Não houve investimento necessário para ampliação dos sistemas de abastecimento que acompanhasse o crescimento das cidades. Descaso com a preservação ambiental, falta de tratamento de esgotos, ocupação das várzeas e intensa impermeabilização do solo somados à insuficiência dos investimentos e à ausência de planejamento, contribuíram para o agravamento da crise.

O modelo de gestão privada agravou-se a partir do momento em que a Sabesp passou a negociar suas ações nas bolsas de valores de São Paulo e Nova York. A busca do lucro a qualquer preço em detrimento da priorização da prestação de um serviço público de qualidade fez com que a empresa ignorasse as previsões climáticas que já apontavam para uma redução das chuvas, o crescimento da demanda e negligenciasse todas as advertências, sobretudo a obrigatoriedade estabelecida na outorga do Cantareira de redução da dependência desse Sistema e de redução de perdas por vazamentos.

Como se não bastasse, no momento decisivo em que era preciso medidas eficazes de combate à crise e informação clara de medidas individuais e coletivas, o Governo do Estado esvaziou os espaços de participação e deliberação, como os comitês de bacia hidrográfica, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Conselho de Desenvolvimento da RMSP.

Para tirar o foco da crise, o Governo do Estado, ao mesmo tempo em que pedia para economizar, água dizia que não faltaria água, passando “sinal trocado” para a população.

Sabemos que esta situação é anterior ao início da sua gestão, porém passados dois meses do lançamento deste manifesto e, apesar de fevereiro e março apresentarem excelentes índices pluviométricos, a análise que fizemos continua pertinente e atual. Dizíamos que:

A situação realmente é alarmante e imprevisível para a população e a economia do Estado. Há ameaça de desemprego em grande escala em vários setores, escolas terão seu funcionamento afetado, prejudicando a educação de milhares de crianças e adolescentes. A saúde também poderá ser atingida. No horizonte, conflitos pela água.

De fato a Federação da Indústria de São Paulo – FIESP e a Associação Comercial já explicitaram os graves problemas econômicos decorrentes da escassez hídrica. Em muitas escolas há registro de dificuldades para manter as atividades de ensino. Foram reportados surtos de dengue devido à necessidade de reservar água em recipientes diversos. O uso de fontes, bicas e poços rasos tem ocasionado disseminação de doenças de veiculação hídrica.

A política do Governo do Estado está inviabilizando um direito humano fundamental: o acesso à água de forma segura em quantidade suficiente e qualidade comprovada.

O Coletivo de Luta pela Água, como apontou em seu Manifesto, entende ser necessário que o Governo do Estado aja com total transparência e mobilize seus órgãos como CETESB, DAEE, Secretaria do Meio Ambiente, Defesa Civil, Secretarias da Saúde, Educação e Agricultura para atuar de forma conjunta e garanta a participação da sociedade e prefeituras em todo o processo de debate para o enfrentamento da crise.

É preciso que o governo apresente imediatamente um Plano de Emergência que explicita de forma clara os próximos passos que serão tomados a partir de um amplo diálogo com a sociedade e representantes dos municípios. O Plano deverá contemplar as seguintes medidas:

- a) Priorizar o uso da água para consumo humano e de animais;
- b) Garantir volume de água suficiente e de qualidade segura para o consumo imprescindível à sobrevivência;
- c) Manter sem interrupção o abastecimento dos imóveis em que residam populações vulneráveis, internadas em serviços de administração pública ou privada, como hospitais, unidades de saúde, clínicas, albergues, asilos, creches, escolas, presídios, delegacias, aeroportos, rodoviárias;
- d) Informar locais e horários em que haverá desabastecimento de água ou redução de pressão e prazo de restabelecimento;
- e) Administrar com equidade a falta de água, quer seja por racionamento, redução de pressão ou gestão de demanda. Para não penalizar a população que

mora nos extremos das periferias e nos pontos mais altos nem privilegiar os endinheirados que dispõe de mais volume domiciliar de reservação;

f) Veicular campanha com esclarecimentos sobre a crise e orientações para proteção da saúde humana contra doenças de veiculação hídrica, como a dengue, diarreia entre outras;

g) Iniciar imediatamente a distribuição de caixas de água para todos os imóveis de população de baixa renda que não as disponham e apoiar sua correta instalação;

h) Criar incentivos fiscais para equipamentos hidráulicos que economizam água e, ao mesmo tempo, sua aquisição através de campanhas publicitárias;

i) Estimular a implantação de programas de apoio para utilização de água de reuso inclusive doméstico, garantindo apoio técnico e financeiro;

j) Criar sala de situação para todos os sistemas produtores que atendem a RMSP para acompanhamento e divulgação diária das condições de armazenamento dos mananciais, pluviometria, vazões afluentes e defluentes e consumos de água por categoria de usuários;

k) Implantar sistema de divulgação dos dados, informações e decisões de forma a trazer transparência ao setor e permitir que os cidadãos, as prefeituras e os diferentes segmentos econômicos possam se planejar;

l) Estruturar enfrentamento sanitário do desabastecimento de água, no que se refere à ampliação do monitoramento da qualidade da água pública distribuída, de bicas, nascentes e poços para lidar com ocorrências de doenças de veiculação hídrica;

m) Preparar as medidas jurídicas que possibilitem requisitar poços artesianos e todas as fontes disponíveis de água para direcioná-las aos usos prioritários da mesma forma que a frota de caminhões pipa existente, em especial de empresas que comercializam água a granel;

n) Divulgar para a sociedade todos os contratos de “demanda firme” para grandes consumidores, a quantidade de água fornecida, valor da tarifa, e rever esses contratos para avaliar a possibilidade de substituição por água não potável e qual a prioridade do uso atual;

o) Acelerar as obras capazes de ampliar em curto prazo a disponibilidade hídrica nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas;

p) Definir com transparência a quantidade de água potável que será disponibilizada para grandes consumidores (indústria, comércio, agricultura e construção civil) enquanto perdurar a crise;

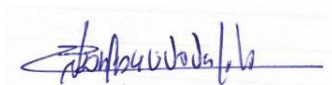
q) Administrar o calendário escolar a fim de preservar o cumprimento do ano letivo, garantindo a participação das representações dos alunos, pais e professores;

r) Intensificar o investimento em educação ambiental através dos meios de comunicação e diretamente em todos os bairros das cidades afetadas.

s) Os equipamentos públicos precisam ter prioridade para o uso da água, como escolas e creches em tempo integral para todas as crianças, assim como se faz necessário a construção de novos equipamentos como lavanderias coletivas, restaurantes coletivos nos bairros para o uso público. Isto porque a crise da água afeta as mulheres de forma diferenciada. Em geral, são as mulheres que administram a utilização de água nas casas e, com a escassez do recurso, o trabalho (de lavar, cozinhar, limpar) das mulheres tem aumentado, porque precisam fazer o reuso da água ou buscar água fora da casa, lavar roupa na mão, etc. Além disso, quando falta água na escola ou na creche as crianças são dispensadas e são as mulheres que tem que abrir mão do emprego para ficar com elas.

No aguardo de sua pronta resposta e do atendimento às demandas que estamos apresentando para minimizar o sofrimento da população paulista, firmamos o presente.

Atenciosamente



Edson Aparecido da Silva
P/Coletivo de Luta pela Água